

CORTESIA

IFCH - UNICAMP

A HISTÓRIA NAS HISTÓRIAS DE MACHADO DE ASSIS: UMA INTERPRETAÇÃO DE HELENA(*)

Sidney Chalhoub
Dept^o de História do IFCH

I.

Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX. Esta hipótese vem sendo defendida - a meu ver de forma bastante convincente - por críticos literários como Roberto Schwarz e John Gledson⁽¹⁾, e tem se revelado um importante fator de desvendamento e potencialização de significados nos textos machadianos. Na ótica de Schwarz, a obra de Machado é interpretada como um comentário "estrutural", por assim dizer, sobre a socie-

(*) Este texto talvez seja a primeira parte de um trabalho mais longo sobre Machado de Assis. Devo um agradecimento especial aos alunos da disciplina HH710, Tópicos Especiais em História X, do curso de História da UNICAMP, primeiro semestre de 1991. O tema da disciplina era "A história nas histórias de Machado de Assis". Foram estes alunos, com suas perguntas e expressões de incredulidade, que me desafiaram a escrever sobre Machado de Assis. O título do texto foi inspirado - na verdade, quase copiado - em Neves, Margarida de Souza, "O bordado de um tempo. (A história na estória de Esau e Jacó)", em Tempo Brasileiro, nº 81, abril/junho de 1985.

(1) Ver Gledson, John, The deceptive realism of Machado de Assis, Liverpool, Francis Cairns, 1984; Gledson, John, Machado de Assis: ficção e história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; Schwarz, Roberto, Ao vencedor as batatas. São Paulo, Duas Cidades, 1981; Schwarz, Roberto, Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

dade brasileira do século passado: o romancista expressa e analisa aspectos essenciais ao funcionamento e reprodução das estruturas de autoridade e exploração vigentes no período. Schwarz procura mesmo explicar a trajetória da obra machadiana como um processo de experimentação e busca de um "dispositivo literário" que "capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra de escrita" (2). Gledson, por outro lado, está mais preocupado em perseguir o movimento da história nos escritos de Machado: o crítico demonstra, num procedimento sistemático de decifração de enigmas capaz de abalar o ceticismo dos mais céticos, que Machado comentou intensamente as transformações sociais e políticas de seu tempo. A pena de Gledson revela um Machado empenhado em interpretar o sentido das transformações históricas do período, só que tal tentativa de explicitação do sentido da história é acompanhada de um processo não menos intenso de dissimulação e desmistamento do leitor, que não raro vê seu esforço de decifração solenemente enviado para as calendas gregas.

É claro que as perspectivas de Schwarz e Gledson se completam, e que questões de estrutura e de movimento são pertinentes e precisam estar presentes conjuntamente na análise da textura sempre complexa, quando não deliberadamente minada, do romance machadiano. Afinal, o próprio Machado já nos mandara a todos nós para as calendas gregas no capítulo LXXII de Memórias póstumas de Brás Cubas. Lá está o crítico e bibliômano, um sujeito magro, amarelo e grisalho, que, setenta anos depois, encontra um exemplar único das Memórias e se empenha em decifrar seus aparentes despropósitos. Este sujeito, que parece amar os livros acima de todas as coisas, e que também é estrábico, míope, calvo e corcunda, vira e revira as palavras, examina-as por dentro e por fora, e finalmente desanima de tentar entender seus significados. Isto soa como advertência, porém funciona como vertigem.

(2) Schwarz, Um mestre, p 11

II.

Machado de Assis escreveu uma história da sociedade brasileira do "Antigo Regime" e sua crise em Helena e Iaiá Garcia. Em Helena, os acontecimentos narrados estão situados na década de 1850, o que permite a Machado uma análise pormenorizada da vigência de uma determinada hegemonia política e cultural. O movimento profundo deste romance é a descrição de uma situação na qual uma política de domínio historicamente determinada informa e organiza a reprodução das relações sociais desiguais; em outras palavras, uma política de dominação assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes garante uma unidade de sentido na totalidade das relações sociais, que parecem então seguir seu curso natural e inabalável. Mas Helena não podia ser apenas o registro de certa estrutura de dominação: Machado escreveu este romance em 1876, evocando as práticas sociais e o "clima" vigentes na década de 1850. Ou seja, é preciso ler Helena nas suas duas historicidades: a da narrativa - anos 1850 - e a do autor - 1876 -, e considerar que houve, de permeio, a crise social e os debates políticos intensos que culminaram na lei do Ventre Livre em 1871. Escrito na perspectiva de quem presenciara a emergência da crise nas formas tradicionais de dominação, Helena se torna também uma revelação, às vezes sutil, outras vezes aberta e até informada pelo propósito da denúncia, dos antagonismos e da violência inerentes às relações sociais vigentes no Antigo Regime.

Em Iaiá Garcia, romance de 1878, a narrativa se move ostensivamente para os anos que o próprio Machado percebia como decisivos - de 1866 a 1871 -, sendo então traçado um amplo painel das mudanças históricas do período. Machado é aqui um intérprete detalhista e incansável da história: no início do romance, temos a exposição do universalismo da lógica de dominação baseada na ideologia da produção de dependentes; em seguida, vemos o momento de explicitação da crise e seu desenrolar, culminando ainda com a exploração um tanto retraída, e já outro tanto cética, das alternativas possíveis para um novo ordenamento social.

III.

Machado de Assis reescreveu a sua história da sociedade brasileira do Antigo Regime e sua crise em Memórias Póstumas de Brás Cubas e Quincas Borba. Ele descobriu a teoria das edições humanas, constatou que a história era volúvel e loureira, e se sentiu então livre para recontar a sua história de acordo com um novo quadro teórico. Em Brás Cubas, as ações se desenvolvem entre 1840 e 1869, e Machado cifra o significado do romance na trajetória de Brás, que é o Brasil que vivera até 1869, e então agonizara, morrera e fora entregue aos vermes em 1870 e 1871, anos de intensa movimentação política em torno da questão do "elemento servil"⁽³⁾. O romance foi provavelmente concebido em meio às primeiras escaramuças abolicionistas no parlamento, e foi publicado na Revista Brasileira entre 15 de março e 15 de dezembro de 1880, período em que a agitação abolicionista extrapolava o âmbito da política institucional e ganhava as ruas. Em fevereiro, chegara a notícia de que se criara em Cuba o patronato, um estatuto intermediário entre a escravidão e a liberdade e ao qual estavam submetidos os cativos cubanos a partir de então. A medida foi anunciada para o mundo como o fim da escravidão na colônia espanhola. No início dos anos 1880, Brasil e Cuba (Brás Cubas?) eram os únicos países do continente americano - na verdade, Cuba ainda sequer era um país, pois não se tornara independente - a insistirem na manutenção da escravidão negra. A observação do processo cubano, a agitação abolicionista no Brasil, e talvez outros motivos difíceis de aferir, devem ter causado o transbordamento de qualquer taça de gratidão ao Antigo Regime que pudesse haver em Machado: o rompimento, de uma força inaudita, assume a forma de uma demonstração da historicidade, e portanto da transitoriedade, das ideologias de sustentação do poder. A inconstância do

(3) Gledson, Ficção e história, p. 71; Schwarz, Um mestre, pp. 71-74.

narrador nas Memórias - ou sua volubilidade, como aponta Schwarz - traduz tanto a arbitrariedade de uma dominação que permanece existindo mesmo estando abalada a sua hegemonia política e cultural quanto a indeterminação do futuro daquela sociedade.

Em Quincas Borba, romance escrito e reescrito entre 1886 e 1891, Machado leva adiante o projeto de revisão de sua leitura anterior da história do Brasil, situando então os acontecimentos nos anos de crise - de 1867 a 1871 - , como havia feito antes em Iaiá Garcia. A trajetória do país está cifrada agora em Pedro Rubião, de Pedro II, o imperador, e de rubiácea, a planta do café, como sugere Gledson⁽⁴⁾. O processo de enlouquecimento de Rubião é o epítome do desenrolar da crise, porém há também aqui muita observação fina e especulação sutil sobre os resultados de todo este processo; afinal, em 1891 Machado já havia podido elaborar uma interpretação consistente sobre as consequências históricas do desmantelamento das antigas estruturas de autoridade e exploração.

IV.

Os capítulos iniciais de Helena, e especialmente o segundo, são uma cuidadosa descrição - na realidade, auto-descrição - da ideologia senhorial. Morto o conselheiro Vale, personagem de família tradicional e pertencente às "primeiras classes da sociedade", as ações e tensões convergem para as disposições testamentárias do finado. A situação é exemplar e concentra o significado social mais essencial a um determinado ideário de dominação de classe: a vontade do chefe de família, do senhor-proprietário, é inviolável, e é esta vontade que organiza e dá sentido às relações sociais que a circundam. Um dos momentos mais cruciais e ritualísticos deste ideal de dominação/subordinação é

(4) Gledson, Ficção e história, pp. 58-113.

o momento da morte e do testamento; de fato, o que fica expresso em tal contexto é que a vontade senhorial carrega tamanha inércia que continua a governar os vivos postumamente. Por um lado, o testamento é então a manifestação máxima de uma vontade senhorial, sendo ao mesmo tempo o encaminhamento da continuidade de uma política de dominação que precisa sobreviver à cessação daquela vontade específica. Mas, por outro lado, a situação do testamento, e posterior inventário, carregava sempre um certo potencial de tensão e conflito: os herdeiros defendiam seus interesses, e frequentemente se desentendiam, no processo de divisão das propriedades; os agregados e dependentes em geral viviam a incerteza da permanência de arranjos passados; e os escravos, o elo mais frágil da cadeia, enfrentavam o risco de ver suas famílias e comunidades repartidas entre os herdeiros, ou bruscamente destruídas por atos de compra e venda.

O conselheiro Vale, todavia, tivera um único filho, o jovem Estácio, personagem de robustas qualidades, e formado em matemáticas. Na ausência de tensão e partilha entre herdeiros, os ricos do Andaraí poderiam talvez esperar um processo tranqüilo de sucessão familiar. Aberto o testamento, com todas as formalidades legais, descobre-se que o conselheiro reconhecia uma filha natural, de nome Helena, que era declarada herdeira da parte que lhe tocasse de seus bens. Mais ainda, e numa demonstração cabal de que o espírito do morto conhecia perfeitamente o seu direito de governar os vivos, o conselheiro ordenava que a menina fosse viver com a família em Andaraí, e que todos a deveriam tratar "com desvelo e carinho, como se de seu matrimônio fosse" (H277)⁽⁵⁾. Em outras palavras, não satisfeito em legar seus bens, o conselheiro Vale dispunha que os seus também lhe deviam herdar os sentimentos.

(5) Helena, p. 277 (H277); todas as citações dos romances se baseiam em Machado de Assis: Obra Completa. Rio de Janeiro, Editora Nova Aquilar, 1986, volume I.

No céu azul e límpido armou-se logo a tempestade, e Machado, em seguida, e sem abandonar ainda por uma linha sequer o ponto de vista estritamente senhorial, estuda as tensões internas à classe dominante. Aquilo não podia ser, se revoltava D. Úrsula, irmã do finado, tia do guapo donzel das matemáticas. Se o reconhecimento de Helena já era por si só "um ato de usurpação e um péssimo exemplo", (H278) a boa senhora parecia especialmente irritada com o fato de o defunto procurar impingir-lhe a menina "no seio da família e de seus castos afetos" (H278). Que o finado perfilhasse a menina vá lá, são as tais "licenças jurídicas", mas governar-lhe os sentimentos em situação tão melindrosa é que não havia de ser. Na realidade, toda a arenga de D. Úrsula sobre a severidade dos costumes e a pureza de seus sentimentos acaba se amoldando à fôrma de um preconceito de classe: nada se sabia sobre a origem dessa menina, nada constava sobre a mãe, além do nome; como fazer ascender assim uma "mulher de ordem inferior"? Aquilo fora um excesso, argumentava por seu turno o Dr. Camargo, médico e amigo da família. Este Dr. Camargo tinha um sonho, que era casar sua filha Eugênia, "a flor dos seus olhos", (H275) com o herdeiro do Andaraí; logo, o esculápio em questão interpretou a perfilhação de Helena como uma subtração indevida aos bens que seriam futuramente da filha. Fora definitivamente um excesso, "à custa de direitos alheios" (H278) Machado é impietoso com os motivos do Dr. Camargo, chega a compará-lo a um réptil, (H302) e se delicia em descrever a frívola Eugênia como "uma das mais brilhantes estrelas entre as menores do céu fluminense" (grifo meu, H289).

O fato, porém, é que os preconceitos de D. Úrsula e a cupidez pecuniária do doutor acabaram se esvaindo diante de Estácio, o legítimo herdeiro das prerrogativas morais e materiais do conselheiro. Não surpreende que tenha de ser assim, pois era o filho, na verdade, o principal interessado em que as últimas vontades do pai fossem cumpridas; com efeito, o ritual de submissão às determinações derradeiras do finado significava solidificar a própria condição de Estácio como detentor, daí em diante, do poder de exercício da vontade

senhorial. Na ficção ou invenção característica deste tipo de dominação, Estácio passava a encarar o mundo à sua volta como uma mera expansão, ou talvez uma concessão, de sua vontade. Machado faz com que o jovem encarasse a situação como uma espécie de destino de classe, e chega com efeito a explicar "que ele não cedia nem esquecia nenhum dos direitos e deveres que lhe davam a classe em que nascera". (H280) É a Estácio, por conseguinte, que fica a incumbência de aparar as divisões internas e disciplinar as resistências e ambições que poderiam comprometer o rumo "natural" das coisas. E o rapaz bate o martelo, com firmeza, mas com a polidez e a elegância que eram um dever em sua condição: assim, e constatando a insatisfação da tia com o reconhecimento de Helena, Estácio conclui porém que "uma vez que seu pai assim o ordenava... ele a aceitava tal qual, sem pesar nem reserva"; (H278) em seguida, respondendo às ponderações do Dr. Camargo de que o conselheiro teria sido mais prático e justo se tivesse se limitado a deixar um legado a Helena, o rapagão do Andaraí dispara que "a estrita justiça é a vontade de meu pai"; (H278) cada vez mais incisivo, Estácio coloca um ponto final na discussão: "Não quero saber... se há excesso na disposição testamentária de meu pai. Se o há, é legítimo...". (H279) Diante da firmeza inquebrantável do jovem, só resta ao réptil um recuo estratégico: Camargo admite serem inúteis os seus esforços e afirma que o melhor era cumprir a resolução do finado "lealmente, sem hesitação nem pesar"; (H279) pouco adiante, em conversa com D. Úrsula, o doutor observa que Estácio aceitava os fatos "filosoficamente e até com satisfação", e concorda "que mais nada há do que cumprir textualmente a vontade do conselheiro". (H281) A satisfação de Estácio, que o doutor dizia não compreender, é facilmente explicável: o rapaz conseguira manter o controle da situação, entrava no pleno exercício de suas prerrogativas senhoriais, e evitava ainda o risco de uma divisão do patrimônio numa partilha não-amigável; afinal, a vontade do conselheiro expressa em testamento tinha força legal, e Helena adquiria direitos que, caso usurpados, poderiam originar uma longa, incerta e desgastante batalha judicial. Estácio

era, efetivamente, o hábil depositário de uma tradição, um chefe de família/senhor/proprietário, garantidor e continuador de toda uma hegemonia política e cultural.

V.

E disse Estácio: que venha a menina. E assim se fez. Moça feita, de dezesseis para dezessete anos, educada num colégio de Botafogo, Helena tinha prendas tais que deviam empalidecer as moçoilas bem nascidas à sua volta: "magnífica voz de contralto", "pianista distinta", ótima desenhista, fluente em francês e sabendo um pouco de inglês e italiano, além da costura e dos bordados de praxe (H286). Em se tratando de beleza, belíssima. Apesar do mistério quanto à sua origem, e da resistência inicial que começava na tia Úrsula, passava pelos amigos da família, e chegava até às senzalas, Helena acabou seduzindo a todos - menos, é claro, o réptil do Camargo - , pois a donzela "conseguia polir os ásperos, atrair os indiferentes e domar os hostis" (H286).

Nada disso, todavia, era ainda o melhor de Helena. Se nos capítulos iniciais do livro Machado descrevera a ideologia senhorial e explorara as tensões internas à classe dominante, com Helena ele nos lança no bojo dos antagonismos de classe constitutivos desta política específica de domínio. O processo é extremamente sutil, e é mesmo difícil de avaliar o tanto de planejamento e o quanto de intuição havia nos procedimentos narrativos de Machado. A chave do problema - na verdade, a chave do livro como um todo - é perceber que há em Helena, apesar das aparências em contrário, uma visão de mundo que lhe é própria, e que não pode ser entendida se referida apenas à ideologia senhorial. Dito de outra forma, a protagonista certamente conhecia e compartilhava os significados sociais gerais que, regidos por Estácio e criaturas semelhantes, reproduziam aquele universo de relações sociais; o fato crucial, no entanto, é que Helena, por sua posição ambivalente, está condenada a uma introjeção crítica

dos valores e significados que organizam o mundo a partir do ponto de vista de Estácio.

A primeira coisa a constatar é que Helena tem um método próprio, por assim dizer, de conversar e de, conversando, interpretar a realidade à sua volta. Tal método está exposto com detalhes no capítulo VI, em meia dúzia de páginas magistrais. Tudo começa com uma aparente puerilidade da mocinha: estando em companhia de Estácio e de D. Úrsula, a filha do conselheiro revela que, ao folhear um livro de geometria, tivera o desejo de aprender a montar a cavalo (H293). Como não parecia haver aí qualquer relação manifesta de causa e efeito, o espanto foi geral. A pimentinha, satisfeita da travessura, explica então que folheava o livro de geometria quando ouviu um tropel de cavalos e, chegando à janela, ficara encantada com a garbosidade da amazona que passava; estava esclarecido, por conseguinte, o desejo de aprender a montar a cavalo. Na linha seguinte, Estácio se oferece para dar lições de equitação à irmã, e os dois já acertam uma aula para a manhã seguinte. O episódio é tão insólito e pueril que o leitor dificilmente se deterá em examinar o que Helena está fazendo aqui. No entanto, um leitor atento deverá talvez suspeitar que Helena mentiu. A puerilidade do motivo inicial e depois a descrição visivelmente forçada e idealizada da amazona induzem a suspeição. A mocinha quer passear a cavalo, porém não quer pedir este favor abertamente a Estácio, e logo ela inventa uma história que obriga o donzel do Andaraí a oferecer-lhe as lições. O fundamental neste contexto é que Helena sabe induzir em Estácio o comportamento que lhe interessa a ela: em outras palavras, a moçoila conhece perfeitamente as cadeias de causa e efeito que constituem a estrutura mental do mancebo.

A situação se torna mais clara no dia seguinte, na ocasião em que havia de ocorrer a tal aula de equitação. Helena se apresenta a caráter, e aparentemente compenetrada de sua condição de aluna. Logo adiante, o homem das matemáticas descobre, inicialmente espantado e depois divertido, que a galhofeira da irmã sabia cavalgar perfeitamente. Digo mal, pois há muito tutano

nesta suposta galhofa. O diálogo seguinte entre os dois jovens precisa ser lido com atenção:

"- Não me dirá você, perguntou ele, por que motivo, sabendo montar, pedia-me ontem lições?"

- A razão é clara, disse ela; foi uma simples travessura, um capricho... ou antes um cálculo.

- Um cálculo?

- Profundo, hediondo, diabólico, continuou a moça sorrindo. Eu queria passear algumas vezes a cavalo; não era possível sair só, e nesse caso...

- Bastava pedir-me que a acompanhasse.

- Não bastava. Havia um meio de lhe dar mais gosto em sair comigo; era fingir que não sabia montar. A idéia momentânea de sua superioridade neste assunto era bastante para lhe inspirar uma dedicação decidida" (H296).

Por um lado, tem-se aqui a confirmação de que, do ponto de vista do leitor, é necessário acompanhar os movimentos de Helena em estado de alerta máximo; ou seja, num certo sentido, há sempre a possibilidade de a rapariga estar mentindo, ou de estar omitindo coisas, e logo ela não é confiável. Por outro lado, e uma vez compreendido que a pequena tem um intelecto sofisticado e é capaz de dissimulações, percebemos que ela se torna extremamente confiável enquanto intérprete da ideologia senhorial. Helena sabe que, no mundo ideal de Estácio, as coisas aparecem apenas enquanto expressão de sua vontade, e logo o rapaz e seus semelhantes gostam de se imaginar como controladores de uma espécie de economia de concessões e de favores. Helena também sabe, como veremos adiante, o quanto esta visão unilateral do mundo encerra em termos de possibilidade de arbítrio e de solução violenta de conflitos. No momento, basta reter que a moça percebia que a melhor maneira de se obter alguma coisa de Estácio era inculcar-lhe uma superioridade qualquer; em outras palavras, ela decodifica perfeitamente as razões do "Senhor geômetra", e com isso consegue arrancar dele

aquilo que deseja, com astúcia, mas sem pedir nada e nem tampouco lutar abertamente. E como o momento é de galhofa, a beldade ainda explica ao rapagão o quanto havia sido fácil induzi-lo a um determinado comportamento.

É claro que Helena não poderia se mostrar tão astuciosa se ela não fosse igualmente crítica, isto é, a condição de sua astúcia é a sua capacidade de análise e de distanciamento em relação ao ponto de vista de Estácio. De fato, o núcleo do método crítico de Helena é a relativização sistemática do ponto de vista de Estácio. O método se anuncia, como que por acaso, ainda na passagem em que Helena se apresenta pronta para montar a égua Moema e iniciar a aula de equitação. (H294) Em estilo grotescamente professoral, Estácio adverte: "Vença primeiramente o medo". A moça responde na bucha: "Não sei o que é medo". Surpreso, mas tentando não perder a pose de professor, o donzel ironiza a valentia da aprendiz de amazona, e afirma que ele, de sua parte, sabia o que era o medo. A jovem, porém, prossegue imperturbável: "O medo é um preconceito dos nervos. É um preconceito desfaz-se; basta a simples reflexão". Em seguida, Helena conta que em pequena não entrava em sala escura porque lhe haviam ensinado a acreditar em almas de outro mundo; mais tarde, se perguntou se era possível que uma pessoa morta voltasse à terra, e como fazer a pergunta era já dar-lhe a resposta, livrou-se de semelhante tolice, declarando-se agora capaz de ir passear à noite num cemitério. Há aqui, novamente, um quê e tanto de galhofa; todavia, isto não nos deve ludibriar quanto ao significado da passagem: contra as idéias feitas - os preconceitos - de Estácio, Helena anunciava sua atitude de reflexão e crítica sistemática: mais do que isto, a reflexão era uma arma diante da qual os preconceitos se desfaziam. O mundo de Estácio, portanto, parecia prestes a ser submetido a um assalto de exame e crítica.

E assim se fez. Os dois jovens passeavam, e a conversa em certo momento era sobre as "desvantagens da riqueza"; disse Estácio:

"- Valem muito os bens da fortuna...; eles dão a maior felicidade da Terra, que é a independência absoluta. Nunca experimentei a necessidade; mas imagino que o pior que há nela não é a privação de alguns apetites ou desejos, de sua natureza transitórios, mas sim essa escravidão moral que submete o homem aos outros homens. A riqueza compra até o tempo, que é o mais precioso e fugitivo bem que nos coube. Vê aquele preto que ali está? Para fazer o mesmo trajeto que nós, terá de gastar, a pé, mais de uma hora ou quase". (H296)

Antes de acompanharmos o que Helena irá fazer desse pedacinho de filosofice senhorial, cabem algumas observações. É inicialmente estranho que a fala de Estácio seja introduzida com a explicação de que a conversa versava sobre as "desvantagens da riqueza". O jovem mancebo discorre apenas sobre as vantagens da riqueza, o que nos sugere que as desvantagens da dita, para quem acredita que as há, tinham sido antes abordadas por Helena. A falação do jovem tem um movimento interno interessante: a fortuna vale muito porque garante a independência absoluta; ora, se a independência é absoluta, as obrigações ou os deveres são nenhuns. Ou seja, na visão de mundo de Estácio não haveria lugar para a noção de reciprocidade, não existiria espaço para o reconhecimento dos direitos de outrem. Em sua forma pura - isto é, caso existisse fora de um contexto de luta de classes - , a ideologia de Estácio seria como o Deus do Gênesis: criaria um mundo a partir do nada; dito de outra forma, criaria um mundo que seria a mera expansão de sua vontade. Todavia, como essa ideologia é produto e ao mesmo tempo instituinte de um contexto de luta de classes, ela é apenas aquilo que permite a Estácio pensar e dizer que está concedendo quando, na verdade, estiver cedendo a pressões, ou ao menos reconhecendo a existência de antagonismos sociais

O segundo movimento da fala de Estácio é a oposição entre "independência absoluta" e "escravidão moral". A mensagem é clara como vimos, na situação

ideal, que é a "independência absoluta", Estácio não tem entraves morais, pois a moral e tudo o mais é apenas um produto de sua vontade; o negativo desta situação é a dependência moral absoluta, a escravidão. É importante registrar que a expressão "escravidão moral" neste contexto não é apenas eufemismo ou qualquer outro recurso de retórica: ela exprime o lugar da instituição da escravidão no imaginário senhorial; a escravidão é a situação de máxima dependência nessa sociedade cujo centro da política de dominação é a produção de dependentes. Não é por acaso que, logo em seguida, Estácio procura exemplificar e reforçar seu argumento contrastando a sua situação diretamente com a do preto, que era, "ao parecer, escravo". (H296) Senhor e escravo são os dois extremos de uma cadeia que começa com a "independência absoluta" e termina na "escravidão moral", na submissão completa que seria a característica da escravidão.

Mas, repito, continuamos no âmbito do mundo que Estácio gostava de imaginar. Se Estácio fosse Deus, e o romance de Machado se tornasse o Gênesis, ainda assim estaríamos apenas nos versículos iniciais das Escrituras. Pois que então venha o homem, e logo a mulher, e logo logo o pecado, e veremos que a ideologia de Estácio opera num mundo que se faz na luta de classes - só para insistir nesta expressão irritante e fora de moda. Chega, porém, de blasfêmias, e é Eva, ou melhor, Helena, quem procura trazer Estácio de volta à Terra, e introduzi-lo ao pecado.

Helena atentou no quadro que o irmão lhe indicava. Viu um preto de cerca de quarenta anos e duas mulas. Sentado no capim, o preto esburgava uma laranja e deitava pedaços da casca ao focinho de um dos animais. O homem se mostrava alegre com o passatempo - "infinitamente" alegre, segundo o narrador (H296) - e, no entanto, parecia tratar-se de um escravo. A pequena reflexão sobre o que dissera Estácio, a respeito de a riqueza possibilitar a compra do tempo, e retruca finalmente:

"- Tem razão, disse Helena: aquele homem gastará muito mais tempo do que nós em caminhar

Mas não é isto uma simples questão de ponto de vista? A rigor, o tempo corre do mesmo modo, quer o desperdicemos, quer o economizemos. O essencial não é fazer muita coisa no menor prazo; é fazer muita coisa aprazível ou útil. Para aquele preto o mais aprazível é, talvez, esse mesmo caminhar a pé, que lhe alongará a jornada, e lhe fará esquecer o cativoiro, se é cativo. é uma hora de pura liberdade". (H297)

O esforço de Helena nesta passagem é no sentido de mostrar a Estácio que a sua visão de mundo não pode ser o critério ou a medida de todas as coisas; a moça tenta - inutilmente, como veremos - fazer com que o mancebo perceba que sua relação com o mundo precisa conter algo além de procedimentos auto-confirmadores. Há valores, conceitos, formas de interpretar a realidade que negam, ou pelo menos relativizam, a ideologia de Estácio. O exemplo em torno do qual se dá o debate entre os dois jovens é, na verdade, um tanto esdrúxulo. Afinal, não se entende bem o porquê de o guapo donzel do Andaraí estar preocupado em comprar horas e minutos, já que ele preferia viver de brisa - ou melhor, dos aluguéis e outros rendimentos da fortuna que herdara. Helena não criticará a perspectiva de Estácio por este caminho, se bem que poderia fazê-lo, e o verdadeiro pai da menina, Salvador, o fará de forma muito didática e amarga num trecho que teremos de abordar. A moça não parte para um discurso de denúncia; ela procura desfazer com argumentos, como anunciara, os pilares de sustentação do pensamento de Estácio. De início, Helena apresenta um argumento, digamos, teórico: a forma de sentir a passagem do tempo é relativa, depende do ponto de vista; assim, a menina contrasta a concepção produtivista defendida pelo rapaz - a de um tempo que se compra, no caso de Estácio sem haver um porquê - com uma concepção de tempo útil ou aprazível - o que remete talvez a uma noção pré-capitalista, de tempo por tarefa, sem o ritmo marcado pelo relógio ou pela produção. Mas esta negação teórica da perspectiva de Estácio ainda não satisfaz a guria. O preto à beira da estrada talvez estivesse administrando o tempo de maneira a lidar melhor com o cativoiro, procurando

quem sabe ampliar ou garantir um espaço de autonomia já arrancado ao senhor - "é uma hora de pura liberdade" (H297). A referência agora se faz prática, e Estácio é pressionado a encarar de frente os antagonismos sociais.

A tentativa de Helena foi inútil, e o rapagão não abandonou por um segundo sequer o seu círculo de idéias. Estácio riu, insinuou que a donzela estava sofismando, e elogiou a habilidade da irmã em defender "as causas mais melindrosas" (H297). Em seguida, resumiu em uma frase aquilo que entendera da fala de Helena:

"Nem estou longe de crer que o próprio cativo
lhe parecerá uma bem-aventurança, se eu
disser que é o pior estado do homem". (H297)

Machado de Assis era realmente um bruxo, e então deu uma de profeta: pois não vemos aqui que já a pobre Helena estava sendo acusada de reabilitar a escravidão, e coincidentemente por alguém que também não conseguia pensar a não ser como um senhor de escravos? O raciocínio de Estácio permanece o mesmo: a escravidão é a situação de máxima dependência, e esta condição, para quem preza a "independência absoluta", é "o pior estado do homem". Por conseguinte, Estácio só consegue imaginar aquilo que possa eventualmente pensar um escravo como um reflexo ou um espelhamento de sua própria maneira de ver as coisas; em outras palavras, os escravos só podem pensar a sua condição a partir dos significados sociais impostos pelos senhores. O objetivo de Helena fora sugerir que o fato da opressão - no caso, o cativo - não implicava a inexistência de formas alternativas de interpretar a realidade e, se estou correto, a donzela percebe até mesmo que tais valores alternativos surgem no processo cotidiano de luta contra a opressão - o preto procurava lidar com o tempo de maneira a "esquecer o cativo" e alcançar "uma hora de pura liberdade".

A frase de Estácio insinuando que Helena edulcorava a escravidão não faz do guapo donzel um crítico de tal instituição. Estácio, ao contrário de Helena,

só consegue pensar a realidade da escravidão de forma abstrata: como ele é incapaz de relativizar valores e de perceber diferenças, o jovem sequer chega a conceber a idéia de opressão. Para o geômetra, os outros existem apenas enquanto dependentes, ou seja, enquanto elementos confirmadores de determinada política de dominação, e logo a escravidão está explicada como parte constitutiva da ordem natural das coisas; acontecia tão somente que os escravos eram os mais dependentes entre os dependentes. É apenas neste sentido que deve ser tomada a observação de Estácio sobre o cativo como "o pior estado do homem". A perspectiva crítica está em Helena; Estácio é um mero repetidor da ótica dos escravocratas.

O ritmo vertiginoso e a dialética dessas páginas de Machado não cessam de surpreender. Se o leitor relaxa por um instante, já lhe vai o entendimento para as calendas. Diante da pérola de Estácio que acabamos de comentar, Helena parece desanimar de uma discussão séria e retornar à zombaria. O irmão lhe desafiara a defender a causa "melindrosa" de que o cativo era uma "bem-aventurança"; ainda conduzindo a égua Moema, eis a resposta da mocinha:

"- Sim? retorquiu Helena sorrindo; estou quase a fazer-lhe a vontade. Não faço; prefiro admirar a cabeça de Moema. Veja, veja como se vai faceirando. Esta não maldiz o cativo; pelo contrário, parece que lhe dá glória. Pudera! Se não a tivéssemos cativa, receberia ela o gosto de me sustentar e conduzir? Mas não é só faceirice, é também impaciência". (H297)

Cá estamos, sem dúvida, de volta à galhofa. Ocorre, porém, que Helena continua falando de cativo. Numa sociedade escravista, escravos e animais se encontram muitas vezes no mesmo lugar em termos de estrutura legal e até de representações sociais: num inventário post-mortem, por exemplo, escravos e animais aparecem lado a lado como os bens semoventes do senhor/proprietário; nos discursos de denúncia contra a escravidão, era comum que os críticos do regime acentuassem seus

horrores traçando paralelos entre a condição dos escravos e a dos animais "irracionais" à sua volta. Pois então a galhofa de Helena é também dissimulação. Ela declara que não vai fazer a vontade do irmão e, portanto, não defenderá a causa de que o cativo é uma "bem-aventurança". Todavia, ela começa imediatamente a falar de uma cativa que não maldiz seu cativo, de uma cativa que tem "o gosto de me sustentar e conduzir" - isto é, que tem "orgulho da servilidade", para citar o título de um dos capítulos de Brás Cubas. Estácio nada percebe, mas ele está sendo aqui brutalmente indiciado. A explicação é simples: sendo impossível fazer com que Estácio relativize por um momento sequer a sua própria ideologia, Helena volta ao exercício de expor esta ideologia, só que de forma completamente desairosa. Na realidade, o filho do conselheiro poderia imaginar a condição do escravo de duas maneiras, ambas rigorosamente coerentes com o seu círculo de idéias. A primeira é a que já foi mencionada: Estácio se compara diretamente ao escravo, avalia a condição do outro a partir apenas dos valores que servem para dimensionar a sua própria condição, e então conclui, naturalmente, que o cativo é "o pior estado do homem". A segunda maneira é a que Helena desenvolve metafóricamente através de Moema: neste caso, o senhor não se compara diretamente ao escravo, mas imagina aquilo que ocorre na mente do escravo quando este pensa a sua própria condição; como o escravo seria um dependente moral do senhor, ele avalia a sua condição tendo como critério o poder senhorial e a conseqüente proteção que este poder lhe pode conferir. Estácio era um homem poderoso, então seus criados deviam ter boa dose de "orgulho de servilidade". É também o que ocorre com Moema, que se sente toda faceira porque está conduzindo o corpinho esbelto de Helena; é isto o que nos explica a galhofeira narcisista, quando pergunta: "se não a tivessémos cativa, receberia ela o gosto de me sustentar e conduzir"? Em suma, e ao contrário do que declarou a Estácio, a menina desenvolveu o argumento de que a escravidão era uma "bem aventurança", e teve ainda a perspicácia de desenvolvê-lo da única forma em que ele permaneceria coerente com a visão de

mundo de Estácio. O guapo donzel do Andaraí continuou sem entender.

Helena ainda explora um pouco mais a metáfora de Moema. Os meneios de cabeça da égua talvez não fossem apenas faceirice; poderiam denotar impaciência. Tal sentimento da égua se explicaria pelo seu desejo de sair correndo pela estrada da Tijuca afora, "sentindo-se alguma cousa senhora e livre". (H297) Neste caso, a cativa não estaria sentindo "orgulho de servilidade", porém desejo de liberdade. Na frase seguinte, Helena inclina a cabeça e começa a conversar com Moema; por um momento, e ainda num clima de mera chacota, a menina se identifica com a égua cativa, estando ambas sujeitas ao domínio de um homem "que é ao mesmo tempo meu irmão e meu inimigo". (H297) Há, portanto, um certo movimento em todo este diálogo: primeiro, Moema é um animal que tem seus sentimentos humanizados e então, sendo a égua uma dependente de Helena, parece "que lhe dá glória" a situação de cativa de tão augusta senhora; segundo, Helena, que é senhora em relação à Moema, sente-se sob o domínio de Estácio, e logo compartilha com Moema as agruras da dependência e o impulso em direção à liberdade. Em suma, há aqui a descrição de uma lógica ou uma política de dominação que reaparece e se reforça em inúmeras situações específicas de controle e subordinação.

Neste momento, Estácio desconfia de alguma coisa; Helena poderia estar prestes a disparar a correr com a égua. Em outras palavras, a moça talvez pensasse em cometer uma desobediência, pois o rapaz recomendara enfaticamente que o passeio deveria ocorrer com a máxima precaução; Helena tivera mesmo de prometer que iria "pacificamente" (H295). Novamente, Machado descreve a ideologia senhorial de uma perspectiva realista absolutamente espantosa: para Estácio, a diferença - isto é, a expressão de vontades outras que não a sua e a de seus semelhantes - só poderia ser entendida como desobediência ou rebeldia. Fora da subordinação completa - pois na ótica senhorial a subordinação é sempre completa, não obstante o fato de os dependentes estarem hierarquizados -, só havia a rebeldia. Zumbi ou Pai João, rebeldia ou coisificação, assim reza a

tradição, e não apenas a de Estácio. Para chamar Helena à disciplina, Estácio fecha uma vez mais o seu círculo; vejamos a continuação do diálogo:

"- Helena: interrompeu Estácio; você é muito capaz de disparar a correr.

- E se fosse?

- Eu deixava-a ir, e nunca a traria em meus passeios. Você monta bem; mas não desejo que faça temeridades. Nós somos responsáveis, não só por sua felicidade, mas também por sua vida". (H297)

O rapaz retorna à idéia de um mundo que é a projeção de sua vontade: não só a felicidade, mas também a vida de Helena passam a depender do guapo donzel. A menina não deixa de notar a especiosidade de tal argumento e, após o instante habitual de reflexão, relativiza mais uma vez o ponto de vista do mancebo:

"- Quer dizer, perguntou ela, que se eu fosse vítima de um desastre, não faltaria quem o imputasse à minha família?

- Justo.

- Singular gente! Não há de ser tanto assim...".

VI.

Até este ponto, temos observado Estácio enquanto expressão de poder - isto é, enquanto vigência de determinada hegemonia política e cultural. Todavia, Helena também percebia o quanto havia de força virtual, de potencial para a humilhação e a violência na visão de mundo de Estácio. Com efeito, a moça parece agir como quem está consciente de que a qualquer momento pode se encontrar sob a ameaça de invasão e rapina. O enredo intrincado do romance acaba ressaltando a fragilidade da situação de Helena que, ao fim e ao cabo, descobre-se completamente indefesa. Supondo que tenho leitores, e supondo - o que é infinitamente mais ra-

zoável - que tais leitores também o são de Helena, todos se lembrarão que o conselheiro mentira em seu testamento. Helena não era filha do conselheiro; este, tendo uma vida amorosa pouco católica, arranjava um caso extraconjugal com a mãe da menina, e constituíra-se em protetor de ambas. Na origem da posição de Helena junto à família Vale, portanto, havia um ato de pura vontade, de puro arbítrio senhorial: o conselheiro inventara uma paternidade, produzindo assim uma ficção de enormes conseqüências para as pessoas à sua volta. Esta característica da trama propõe uma explicação formal para o fato de Helena saber mais, de ela poder captar com perfeição a complexidade das relações de poder na qual se achava inserida; afinal, Helena estava na singular condição de ter dupla filiação: seu pai verdadeiro, Salvador - e o nome da personagem é significativo -, era alguém que amargava todas as humilhações e sofrimentos pelos quais poderia passar um homem pobre e dependente nessa sociedade; seu pai adotivo, o conselheiro Vale, era o senhor todo-poderoso e benevolente que abraçara resolutamente a causa da proteção de mãe e filha. E reparem que ninguém é mal intencionado: apesar de mulherengo por índole e distração, o conselheiro não humilhara Salvador intencionalmente, já que a mãe de Helena se dissera viúva. Enfim, uma metade de Helena estava na posição de compreender inteiramente o sofrimento de um dependente - papai Salvador -, sendo que sua outra metade não podia deixar de reconhecer e se sentir grata pela proteção oferecida por um senhor/proprietário - papai Vale, o conselheiro. Num momento crítico, o próprio Salvador descreve a situação afirmando que "o pai lutava com o pai". (H379) A moça se encontra, por conseguinte, numa posição de extrema ambigüidade, estando imbuída de um sentimento de gratidão e de uma agudeza crítica que lhes são igualmente inescapáveis.

O que se segue é que a moça tem total consciência da virtualidade da violência inerente à posição de Estácio. Se contrariado, e sendo totalmente incapaz de admitir a diferença, Estácio exigiria que o outro se anulasse, ou então ele mesmo partiria para a empresa de destruição. Como vimos, Helena administra o seu co-

tidiano, e preserva o seu tanto de autonomia, com astúcia e dissimulação, temperando ainda as suas atitudes com uma pitada de chalaça. Às vezes, porém, em situações de perigo iminente, a rapariga se vê obrigada a escolher entre a submissão e a rebeldia.

Ela se recolhe à submissão, por exemplo, logo após ter explicado a Estácio o ardil que utilizara para induzi-lo às aulas de equitação. O rapaz sorri a princípio, mas se torna sério após um instante, ocorrendo então a seguinte cena:

"- Já lhe negamos algum prazer que desejasse?

Helena estremeceu e ficou igualmente séria.

- Não, murmurou; minha dívida não tem limites". (H296)

Surgindo num contexto de manifesta franqueza e cordialidade, a pergunta repentina do filho do conselheiro equivale a uma agressão: Estácio atira à face de Helena o fato de que ela está sob a sua proteção, sendo a fortuna e a posição familiar do moço a origem da possibilidade de a rapariga agora ter desejos e poder satisfazê-los. É claro que Estácio não tem a dimensão exata da violência do golpe que desfechara, pois ele não estava ainda sabendo da mentira do testamento. De qualquer forma, Helena está prostrada, e sua resposta é a capitulação: "minha dívida não tem limites". A capitulação permite que Estácio retorne à sua atitude habitual, e ele o faz de forma exemplar; percebendo que cometera uma descortesia, ele rompe o silêncio:

"- Você ficou triste, disse Estácio; mas eu desculpo-a.

- Desculpa-me? perguntou a moça erguendo para o irmão os belos olhos úmidos.

- Desculpo a injúria que me fez, supondo-me grosseiro". (H296)

Em suma, temos de volta o velho Estácio: foi ele quem cometeu a injúria e, paradoxalmente, é ele também quem se arroga a prerrogativa de desculpar a injuriada. Aqui é Estácio quem assume um certo tom de brincadei-

ra, procurando desanuviar a tensão que ele próprio criara. De qualquer modo, o conteúdo da chalaça é significativo: Estácio consuma a agressão e se auto-confere o direito de perdoar; isto se explica porque não há qualquer referencial externo ao mundo do homem das matemáticas, e logo seria inconcebível que ele cometesse um ato de violência. Com efeito, não há como conceber um ato de agressão, já que o mundo imaginado por Estácio é constituído por dependentes e, no limite, um mundo de dependentes é a negação da alteridade, e logo não se reconhece a existência de um "objeto" externo passível de ser agredido. Seria desnecessário insistir no tanto de esclerose que há em tal concepção de mundo, e seria tolice ignorar o quanto Machado se mostra ciente de tal esclerose muito antes de se tornar o autor iluminado de Brás Cubas.

Em outro momento no qual Estácio parte para uma conduta invasiva, a reação de Helena é mais complexa, não podendo ser interpretada como submissão, e não sendo exatamente rebeldia. Estácio teimava em descobrir quem era o mancebo por quem a irmã estava apaixonada; Helena deixara escapar uma meia-confissão, não podia revelar o resto, e o rapagão acaba cedendo "a um mau impulso". (H314) Vejamos a passagem:

"Um dia, a insistência de Estácio teve tal caráter de autoridade, que pareceu constranger e molestar Helena. Ela replicou com um remoque; ele redargüiu com uma advertência áspera. Ouvindo a palavra do irmão, Helena susteve o passo, e fitou-o com um olhar digno, um desses olhares que parecem vir das estrelas, qualquer que seja a estatura da pessoa". (H314)

Estácio, portanto, procurou utilizar suas prerrogativas senhoriais - a "autoridade" - para arrancar o segredo à irmã. A menina procurou se esquivar como de hábito - "com um remoque" - , mas o donzel tornou-se ainda mais incisivo. Para suste a invasão, Helena deixa claro a Estácio que ela não se submeteria, lançando-lhe o tal olhar vindo das estrelas. O rapaz entende então que prosseguir seria optar pela rapina,

pela força pura e simplesmente. Ao resolver pela re-tratação, o jovem é levado a reconhecer que há limites para o exercício da vontade senhorial e, significativamente, recua diante da contingência de ter de se aprofundar no uso da força. Este é um instante raro de Estácio no romance, pois ele é obrigado a admitir que existe um mundo para além do comprimento do próprio nariz. Aliviada com o recuo do agressor, Helena explica, de forma necessariamente enigmática para Estácio, o porquê de ela precisar resistir:

“... não é vão melindre, é a própria necessidade da minha posição. Você pode encará-la com olhos benígnos: mas a verdade é que só as asas do favor me protegem... Pois bem, seja sempre generoso, como foi agora; não procure violar o sacrário da minha alma”. (H315)

Estácio continuava a ignorar o logro do testamento, e logo não podia perceber o alcance das palavras de Helena. A rapariga conseguira resistir ao ataque deixando claro a Estácio que havia limites à sua autoridade, havia um espaço de autonomia pelo qual ela iria zelar e que lhe garantia a inviolabilidade do “sacrário da alma”. Estácio não avançara porque reconhecera a legitimidade do direito de Helena a esta autonomia relativa. O drama de Helena, porém, é que ela sabia que sua posição não era legítima, que sua autonomia era no limite indefensável, pois seu direito não fora fruto de uma conquista ou de uma paternidade verdadeira, porém de uma mentira benévola e protetora do conselheiro. Em outras palavras, Helena reconhecia que, caso a verdade viesse à tona, ela estaria reduzida à condição de dependência mais abjeta, sem qualquer direito ao “sacrário da alma” e obrigada à submissão completa. Enfim, descoberta a trama do testamento, Helena se tornaria aquela dependente que povoava habitualmente o imaginário de Estácio: um nada, sem direito algum, cuja própria vida pareceria uma concessão da vontade senhorial. Helena tinha de morrer, pois tamanha dependência só podia existir mesmo numa instância imaginária, e o romance machadiano procurava o movimento his-

tórico real. A morte de Helena demonstra a lucidez de Machado, e denuncia mais uma vez a esclerose de Estácio e seus semelhantes.

O momento de maior violência de Estácio no romance, todavia, ainda estava por vir. Helena procurava escapar ao amor impossível que surgia entre ela e aquele que era ao mesmo tempo seu irmão e seu inimigo. A beldade empurrava Estácio para os braços de Eugênia, a filha de Camargo, estrela mais brilhante entre as menores do firmamento, enquanto que, auxiliada pelo padre Melchior, arranjava um noivo para si própria. Não lhe foi difícil descobrir que Luiz Mendonça, o melhor amigo de Estácio, ardia a seus pés. O filho do conselheiro ficou sabendo do noivado da irmã durante uma viagem a Cantagalo, onde o Dr. Camargo e família esperavam impacientemente pela morte de uma fazendeira que talvez lhes fizesse um legado. Desvairado com a notícia, Estácio volta à Corte pronto para fazer valer sua capacidade de humilhar e submeter os circundantes. Consultado sobre o casamento da irmã, ele nega o seu consentimento. Num lance brutal, Estácio humilhara Mendonça referindo-se a seu "crédito", e insinuando assim que "o fim exclusivo" do noivo era "a riqueza da moça". (H348) Desta vez, no entanto, a atitude de Helena é de completa insubmissão. Ela não aceita a decisão do irmão, se dispõe a renunciar à herança do conselheiro para afastar a suspeita de que o noivo agia por interesse, e desafia abertamente o rapagão do An-
darai:

"- Mendonça é já o fruto proibido, concluiu a moça; começo a amá-lo. Se ainda assim me obrigarem a desistir do casamento, adorá-lo-ei".
(H349)

VII.

O que vimos até o momento é que, em Helena, Machado empreende uma análise extremamente lúcida das relações de dominação vigentes no Antigo Regime. A história de Estácio e Helena, antes que o drama choroso de um amor impossível, é a descrição da política de dominação cuja crise profunda o romancista vivenciara entre 1866 e 1871, e cujo desmanchar ele assistia com um olhar investigativo no decorrer de toda a década de 1870. Em Helena, Machado não tinha mais ilusões quanto à continuidade das estruturas tradicionais de poder. A sua perspectiva de análise já é bastante crítica e, de certa forma, ele faz emergir a sua abordagem deixando que Helena fale por ele. Se Machado não tem mais ilusões, ele sofre porém com o impasse e não vê alternativa. A ambigüidade da personagem principal tinha provavelmente o intuito de traduzir a experiência histórica de um sem número de dependentes nesse tempo e sociedade: ainda seduzidos de alguma maneira pela ideologia senhorial, Helena e seus semelhantes podiam se mostrar sinceramente gratos a seus senhores específicos, e assim permaneciam relutantes em sacudir a inércia das estruturas tradicionais de poder; outrossim, os anos de crise haviam agudizado a perspectiva crítica mais geral, e explicitado as injustiças inerentes à política de domínio senhorial. Por um lado, a crise tornara a crítica inevitável - acreditar era já impossível; por outro lado, não parecia haver uma saída, e o discurso que era de análise acaba se reestruturando em termos de denúncia.

Se uma metade de Helena é a análise fina e já freqüentemente irônica de determinados mecanismos de poder, a outra metade é a denúncia amargurada das iniqüidades produzidas por tais mecanismos. Duas personagens encarnam o sentido de denúncia do romance: um algoz, o Dr. Camargo, e uma vítima, o papai Salvador. Não vou me ocupar aqui das vilanias do Dr. Camargo, pois o repertório é o de sempre: frio, calculista, interesseiro e chantagista, a única característica marcante do doutor é que ele tinha o requinte de beijar a filha apenas nas ocasiões em que sobrevinham aconteci-

mentos que pareciam facilitar-lhe a ambição de casar Eugênia e Estácio; assim, a menina foi beijada quando do falecimento do conselheiro, quando do almejado pedido de casamento e, muito especialmente, quando da morte de Helena.

Mas deixemos de lado os beijos do réptil; é com Salvador que o conteúdo de denúncia do livro assume um caráter ao mesmo tempo mais abrangente e historicamente específico. Neste momento, Machado abandona os procedimentos tão sutis quanto demolidores de Helena e parte para um discurso direto e contundente; não há mais dissimulação, e o leitor pode simplesmente acreditar no que está lendo. Tendo pilhado Helena no instante em que esta saía da casa de papai Salvador, Estácio, que ainda ignorava a verdadeira história da menina, utiliza como pretexto a necessidade de curar um ferimento para tentar arrancar alguma coisa àquele desconhecido com quem Helena travava relações. O moço não escolhe tal alvitre sem certa hesitação, pois "o espetáculo da pobreza lhe repugnava aos olhos saturados de abundância". (H353) Após alguns minutos de conversa, Salvador fez um comentário qualquer sobre os motivos de sua penúria. O donzel do Andaraí, que não tinha motivo algum para pressa porém queria comprar horas e minutos, que vivia de brisa porém exaltava as virtudes do trabalho, retruca que um homem ainda jovem, forte e inteligente "não tem o direito de cair na penúria". (H355) O pai de Helena responde sem rodeios, ressaltando ainda o tanto de ingenuidade que havia no ponto de vista do senhor/proprietário:

"- Sua observação, disse o dono da casa sorrindo, traz o sabor do chocolate que o senhor bebeu naturalmente esta manhã antes de sair para a caça. Presumo que é rico. Na abundância é impossível compreender as lutas da miséria, e a máxima de que todo o homem pode, com esforço, chegar ao mesmo brilhante resultado, há de sempre parecer uma grande verdade à pessoa que estiver trinchanto um peru... Pois não é assim...". (H355)

O tom da crítica muda bastante neste contexto: onde antes havia sutileza e galhofa, temos agora a denúncia, se bem que mantendo ainda a ironia. De qualquer forma, o conteúdo da crítica é o mesmo: tanto Helena quanto papai Salvador se colocam numa perspectiva exterior à ideologia senhorial, e tentam fazer com que Estácio relativize a sua maneira de pensar. O filho do conselheiro, porém, permanece bebendo o chocolate e trinchando o peru, até que, algumas páginas adiante, os homens se encontram novamente, em presença do padre Melchior, e Salvador conta então toda a sua história. (H372-77) O pai de Helena enfatiza outra vez a idéia de que, em sua vida, quanto mais trabalhara mais empobrecera, e depois narra como fora levado a abrir mão de lutar pela mulher e pela filha em função da proteção e da segurança que o conselheiro se dispunha a lhes proporcionar. Essa história de renúncia e humilhação, cuja origem estava no poder e nos caprichos da vontade senhorial, chega a emocionar o jovem mancebo, mas não sabemos até que ponto podia lhe abalar as estruturas. A morte de Helena interrompe o processo, e mantém a verossimilhança do romance. Afinal, Helena não podia existir no estado de sujeição mais abjeta, e a descoberta da mentira do testamento lhe arrebatava a possibilidade de uma perspectiva crítica e autonômica. Em suma, os antagonismos sociais estão identificados e delineados, mas ainda não são descritos num processo de mudança histórica. Machado está, em 1876, olhando para a sociedade do período anterior à crise; o aprofundamento dos antagonismos, e o conseqüente desmantelamento das políticas tradicionais de dominação, serão o assunto de Iaiá Garcia.

VIII.

É claro que esta leitura que venho propondo para Helena deve bastante a Roberto Schwarz e à sua descoberta de que Machado de Assis, ao contrário das aparências e das interpretações convencionais, sempre teve muito a dizer sobre as relações sociais de dominação vigentes no Brasil do século XIX. No entanto, e

apesar de concordar com Schwarz neste sentido mais geral, meu argumento diverge deste autor em alguns pontos importantes.

Para Schwarz, o objetivo de Machado em Helena é contribuir para o "aperfeiçoamento do paternalismo". (6) Segundo ele, a ideologia do romance seria a de que cabe à severidade do amor familiar e ao sentimento cristão a moralização das diferenças sociais, de forma que estas se tornem livres das baixeiras e das humilhações que possam eventualmente inspirar. Ou seja, a ideologia do livro, manifestamente insípida, seria a de que a família e a religião deveriam civilizar os ricos e consolar os pobres e dependentes, sendo que Helena, tanto quanto os demais romances da primeira fase de Machado, poderiam ser descritos como trabalhos "deliberada e desagradavelmente conformistas" (7). Desta forma, o "movimento profundo" de Helena estaria no contraste entre esta "intenção morigerada e civilizatória" mais geral e o comportamento frequentemente turbulento e indisciplinado das personagens (8). Este objetivo conformista acabaria por conter a força potencialmente dissolvente da análise racional e profunda do paternalismo, que Schwarz demonstra estar presente, mas que, em sua opinião, não chega a ser crítica, "pois não se interessa pelo movimento das contradições reais nem interfere" (9).

Penso que Schwarz não percebeu inteiramente o alcance da crítica e a força da denúncia contidos em Helena, e há pelo menos três explicações para este fato. Em primeiro lugar, e apesar de correr o risco de ser ainda mais repetitivo, enfatizo o deslocamento de enfoque que me parece essencial para uma leitura mais adequada deste romance: como venho tentando demonstrar, o "movimento profundo" de Helena é a descrição dos antagonismos constitutivos das políticas de domí-

(6) Schwarz, Ao vencedor, p. 89.

(7) *Ibidem*, p. 63.

(8) *Ibidem*, p. 90.

(9) *Ibidem*, p. 99.

nio vigentes no período anterior à crise de fim dos anos 1860 e início da década de 1870. Como fez questão de registrar em inúmeros textos, Machado de Assis considerava decisivos os anos de agitação política e social que culminaram na promulgação da lei do Ventre Livre e, de fato, muito daquilo que escreveu pelo menos nas duas décadas seguintes tinha a preocupação de interpretar os acontecimentos daquele período, assim como de avaliar as suas conseqüências. A crise havia provocado em Machado um distanciamento crítico que não tinha volta. Ele, que conhecia as relações paternalistas por experiência histórica e trajetória individual, expõe em Helena, com uma lucidez e clareza talvez impossíveis antes de 1871, tanto a unilateralidade da visão de mundo senhorial quanto a ambigüidade do ponto de vista do dependente. A chave de Helena, o romance, é a ambivalência de Helena, a personagem: ela está no interior da ideologia senhorial porque possui gratidão, e porque conhece e manipula bem os símbolos e valores que constituem e expressam tal ideologia; ela está fora das relações paternalistas no sentido de que consegue relativizá-las, e logo percebê-las claramente enquanto poder e, no limite, força ou imposição. A perspectiva crítica permite a Helena, como já foi dito, a preservação de certa autonomia, sendo que a impossibilidade de tal autonomia, no fim do romance, é a destruição da ambivalência e da possibilidade crítica - a alternativa é a morte, ou a transformação histórica. A transformação histórica seria o assunto de Iaiá Garcia; em Helena, o cenário ainda é a estabilidade do Antigo Regime. Enfim, não consigo ver em Helena, por um momento sequer, que Machado pudesse ter em vista o "aperfeiçoamento do paternalismo".

O segundo problema, aliás, é aquilo que se entende por paternalismo. Meus leitores, supondo sempre que os tenho, certamente notaram que evitei, até há poucas linhas atrás, utilizar esta palavra. É óbvio que a não-utilização da palavra não significa que eu tenha ignorado os problemas pertinentes a tal conceito; ao contrário, boa parte deste texto tem sido uma análise do paternalismo a partir da interpretação daquilo que um romance de Machado, analisado enquanto testemunho

histórico, pode nos revelar a respeito de uma sociedade onde esta ideologia assume um caráter hegemônico. O conceito de paternalismo é complexo, a palavra precisa ser usada sempre levando-se em conta certas cautelas, e então evitei empregá-la até que houvesse condições de esvaziá-la de sua vocação para causar confusão. Há elementos suficientes em Machado para fundamentar uma definição convencional, por assim dizer, de paternalismo: trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar enquanto dependentes em relação a esta vontade soberana; mais ainda, e permanecendo na ótica senhorial, esta é uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade, isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores, sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais características de uma sociedade de classes. Não é preciso observar que os movimentos de Estácio no romance são uma exposição mais do que convincente desta acepção da palavra paternalismo.

Todavia, já há cerca de duas décadas de produção intelectual na área de história social demonstrando que, se entendido unicamente no sentido mencionado, o paternalismo é apenas uma auto-descrição da ideologia senhorial; ou seja, nesta acepção, o paternalismo seria o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles se empenhavam em realizar no cotidiano. Em textos famosos, escritos desde o início da década de 1970, Thompson e Genovese⁽¹⁰⁾ - este tratando de um contexto onde havia a escravidão -, e depois muitos outros historiadores, mostraram que a vigência

(10) Ver, por exemplo, Thompson, E.P., "Patrician Society, Plebeian Culture", Journal of Social History, v.7, nº 4, Summer, 1974; Thompson, E.P., "Eighteenth-century English society: class struggle without class?", Social History, v.III, May, 1978; de Eugene Genovese, ver o capítulo sobre paternalismo em Roll, Jordan, Roll: The world the slaves made, Nova York, Randon House, 1974.

de uma ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de antagonismos sociais. Em outras palavras, e citando Rebecca Scott, uma especialista na história da escravidão, subordinação não significa necessariamente passividade, e "os historiadores vêm encontrando numerosas maneiras de examinar as iniciativas dos escravos sem desconsiderar a opressão, de explorar a criação de sistemas alternativos de crenças e valores no contexto da tentativa de dominação ideológica, de aprender a reconhecer a comunidade escrava mesmo constatando o esforço contínuo de repressão a algumas de suas características essenciais"⁽¹¹⁾ As palavras de Scott ajudam a pensar não só a situação dos escravos, mas também a dos dependentes em geral, em sociedades onde havia a hegemonia política e cultural do paternalismo. Não é preciso observar que os movimentos de Helena no livro são uma exposição mais do que convincente das cautelas que devemos ter em mente ao utilizar o conceito em questão. Em resumo, meu argumento é que, estando excessivamente amarrado à definição convencional de paternalismo, Schwarz não teve como descortinar inteiramente a dialética extraordinária dos movimentos de Helena no romance de Machado

Finalmente, e o leitor atento já terá suspeitado, o terceiro problema é aquilo que se entende por escravidão. Por um lado, parece claro que para Machado a crise do Antigo Regime originava-se basicamente no processo histórico de abolição da escravidão; por outro lado, as referências à instituição da escravidão nos romances machadianos não são muito frequentes e nem aparentemente centrais ao desenvolvimento da narrativa. Tanto Schwarz quanto Gledson registram seu desconforto diante deste suposto paradoxo. Já em Ao vencedor as batatas, Schwarz oferece uma solução teó-

(11) Scott, Rebecca J. "Exploring the meaning of freedom: post-emancipation societies in comparative perspective". Hispanic American Historical Review August, 1988

rica, por assim dizer, para o problema: a escravidão era a relação produtiva fundamental, porém não se constituía no nexu efetivo da vida ideológica no Brasil do século XIX. A explicação para isto estaria no fato de que a subordinação dos trabalhadores na "relação produtiva de base" - isto é, na escravidão - estaria "assegurada pela força" (12). Já os agregados e dependentes em geral se viam envolvidos na teia complexa do favor, que garantia a subordinação da pessoa através de mecanismos de proteção com contraprestação de serviços e obediência. Assim, sendo a escravidão mantida unicamente através da violência, nossos escritores oitocentistas preferiam tematizar o Brasil a partir do problema do paternalismo e do controle social dos dependentes, sem dúvida "mais simpático do que o nexu escravista" (13). Estaria explicado, então, o porquê de a escravidão não ser o "nexu efetivo da vida ideológica".

Em debate recente, Schwarz afirmou que é necessário "entender essa realidade como uma estrutura: dependente, escravo, proprietário", e observou que a "relação particular com os dependentes depende da existência da escravidão, se configura a partir dela, inclusive um dos pavores básicos do dependente era ser tratado como escravo, coisa que ele precisava evitar a todo custo" (14). Esta última observação é extremamente promissora, mas Schwarz não explora devidamente o seu potencial; em suma, ele postula, porém não demonstra, a existência de um vínculo estrutural entre escravidão - isto é, o controle social exercido sobre os trabalhadores escravos - e paternalismo - a política de domínio que garantia a subordinação dos dependentes. O resultado prático deste problema na obra de Schwarz é que ele exclui o tema da escravidão da obra de Machado; ou seja, como o assunto não parece estar presente

(12) Schwarz, Ao vencedor, p.16.

(13) Ibidem, p.16.

(14) "Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz", Novos Estudos, CEBRAP, nº 29, março de 1991, p.83.

- e de fato não se apresenta de forma ostensiva -, então conclui-se que ele efetivamente não está presente. Tal é o procedimento de Schwarz ao analisar o tema da escravidão em Machado; todavia, e para sermos apenas justos, Schwarz é exatamente quem mais fez até hoje para demonstrar a insuficiência de semelhante método em se tratando da análise dos textos do bruxo do Cosme Velho.

John Gledson encaminha uma outra solução para o problema. Em seu capítulo sobre Quincas Borba em Ficção e História, Gledson argumenta que para Machado "a escravidão é um importante elemento causal de mudança", e que uma das explicações para a dificuldade do romancista na redação deste livro fora exatamente a busca de uma solução artística que exprimisse a sua interpretação da história do período. Em síntese, para Gledson era assim que o problema aparecia para Machado: a abolição da escravidão "não ocorreu através dos próprios escravos, que não podem, assim, representá-la"; todavia, também não parecia correto descrever o processo como simplesmente a expressão dos interesses dos proponentes da Abolição gradual⁽¹⁵⁾. O assunto era complexo, e Machado teria encontrado uma maneira de registrar a importância da escravidão através dos conflitos internos de Rubião e seu lento processo de alienação mental, sendo que às vezes esta personagem parece exprimir o "inconsciente coletivo" daquela sociedade⁽¹⁶⁾. A solução de Gledson é engenhosa, e quase que certamente não é equivocada ao supor tanta engenhosidade em Machado, porém permanece assumidamente como uma tentativa de abordar as intenções manifestas do romancista; penso porém que, em se tratando do tema da escravidão, e talvez especialmente nos romances anteriores a Brás Cubas, uma boa parte do testemunho histórico de Machado pode estar além de suas intenções.

(15) Gledson, Ficção e história, pp.70-71.

(16) *Ibidem*, p.81.

Em Helena, quase tudo que se diz sobre a instituição da escravidão está contido nos movimentos de Vicente, o pajem da protagonista. Em sua primeira aparição, Vicente é descrito como "cria da casa e particularmente estimado do conselheiro". (H286) Tal descrição do moleque tem um objetivo bem definido: como pautavam seus sentimentos pelos de D. Úrsula, os escravos da família ficaram inicialmente insatisfeitos com a chegada de Helena; Vicente, no entanto, exatamente pelo fato de ter sido bastante estimado pelo conselheiro, aceitou logo aquela que se lhe apresentava como filha do finado senhor, tornando-se então "um fiel servidor de Helena, seu advogado convicto nos julgamentos da senzala". (H286) O comentário mais crucial da passagem, todavia, é o de que a dedicação de Vicente à rapariga era "despida de interesse, porque a esperança da liberdade, se a podia haver, era precária e remota". (H286) A necessidade de mencionar a esperança da alforria - ou até de justificar a sua possível ausência - num contexto em que se procurava enfatizar a dedicação de um escravo é bastante reveladora: como já abordei com detalhes em outro texto, um dos aspectos centrais da política de domínio na escravidão, pelo menos até 1871, era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores. Em outras palavras, cada escravo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de negação do cativo, sua esperança de liberdade dependia do tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. A idéia aqui era convencer os escravos de que suas chances de alforria passavam necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores. Mais ainda, e como veremos quando tratarmos do africano Raimundo, personagem de Iaiá Garcia, a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários (17).

(17) Este parágrafo é uma cópia descarada de Chalkoub, Sidney, Vições da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo, Cia. das Letras, p.100.

Em suma, esta primeira visão de escravidão que aparece em Helena sugere que há um importante elemento em comum nas políticas de domínio exercidas sobre escravos e dependentes: em ambos os casos, e permanecendo sempre na ótica da classe dos senhores e proprietários, as relações sociais de dominação estão assentadas no pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial. Se é este mesmo o conteúdo do testemunho histórico de Machado, então será possível traçar mais paralelismos entre os movimentos de Vicente e os de outros dependentes que temos acompanhado no romance. Uma passagem interessante é aquela em que Helena resume para Estácio, em termos que seriam inteligíveis para o mancebo, qual o tipo de relação que ela tinha com Vicente. Estácio ficara zangadinho porque a irmã fizera o passeio matinal a cavalo sem a sua companhia; ele se dizia preocupado com a possibilidade de a moçoila sofrer um acidente. Interpelado por Helena, que fingia não entender bem o motivo da casmurrice do rapaz, Estácio confessa que não gostara de saber que a moça saíra apenas em companhia de Vicente: "está certa de que não corre nenhum perigo indo só com o pajem?" (H312) Em seguida, Estácio pede a Helena que "não saia nunca sem mim". Vejam a resposta da beldade:

"- Não sei se poderei obedecer. Nem sempre você poderá acompanhar-me; além disso, indo com o pajem, é como se fosse só; e meu espírito gosta, às vezes, de trotar livremente na solidão". (H312)

Ou seja, Helena não podia obedecer, pois Vicente era seu cúmplice nas visitas que fazia secretamente a pai Salvador; e então, para justificar diante de Estácio os passeios que certamente continuaria a fazer em companhia do moleque, a rapariga emprega o recurso que sabia utilizar tão bem: ela narra a Estácio uma versão para a sua relação com Vicente que se mostra apenas uma reprodução da ideologia do guapo donzel. Assim, Vicente é um nada diante da vontade de Helena, e a moça chega a produzir a pérola de que "indo com o pajem, é como se fosse só".

Este momento foi, obviamente, mais uma dissimulação da pequena. Mais adiante, o narrador da história é quem nos oferece uma outra versão para o relacionamento entre Helena e Vicente. A moça fora fazer mais uma visita a papai Salvador, porém voltava triste porque não o encontrara em casa. O pajem, que também vinha triste porque pautava seus sentimentos pelos da senhora, não pautava seus sentimentos exatamente pelos da senhora (sic):

"O pajem levava os olhos na moça com um ar de adoração visível; mas, ao mesmo tempo, com a liberdade que dá a confiança e a cumplicidade fumava um grosso charuto havanês, tirado às caixas do senhor". (H331)

A passagem é notável, pois sugere que o movimento de Vicente em relação a Helena é semelhante ao de Helena em relação a seus protetores/algozes: por um lado, há o reconhecimento pela proteção senhorial - a "adoração visível" de Vicente e a gratidão de Helena; por outro lado, há a possibilidade de "traduzir" essa obediência em conquistas ou espaços de autonomia - a liberdade de fumar o charuto havanês em Vicente, o direito ao "sacrário da alma" em Helena. A referência ao charuto é mais interessante ainda porque talvez remeta o leitor de Helena ao contexto da escravidão urbana, que era, afinal, o tanto de experiência histórica mais familiar a Machado. Perdigão Malheiro faz o seguinte comentário sobre a situação dos escravos urbanos nas últimas décadas da instituição da escravidão:

"Nas cidades já se encontram escravos tão bem vestidos e calçados, que, ao vê-los, ninguém dirá que o são. Até o uso do fumo, o charuto sobretudo, sendo aliás um vício, confundindo no público todas as classes, nivelando-as para bem dizer, há concorrido a seu modo para essa confraternidade, que tem aproveitado ao escravo; o empréstimo do fogo ou do charuto aceso

para que um outro acenda o seu e fume, tem
chegado a todos sem distinção de cor nem de
classe. E assim outros atos semelhantes". (18)

Mesmo com o devido desconto às idealizações e exageros de Perdígão Malheiro, parece relevante o fato de Machado exprimir o tanto de liberdade conquistado por Vicente através do ato de fumar um charuto - e um charuto "tirado às caixas do senhor" - na frente da senhora. Machado talvez registre aqui algo que é percebido pelos escravos como uma aproximação, ao menos simbólica, à condição de liberdade. Na verdade, e apesar da observação inicial sobre o desinteresse que havia na dedicação de Vicente a Helena, o que vemos é que a conduta fiel e obediente do pajem acaba por tornar mais concreta a sua esperança de alforria. É Estácio quem nos informa a esse respeito: tendo visto Helena deixar a casa de Salvador em companhia do pajem, o mancebo cogita em interrogar o negro - que "era o confidente e o cúmplice" de Helena; (H359) o filho do conselheiro acaba desistindo de utilizar esse recurso, mas antes ainda se recorda "de que Helena lhe pedira uma vez a liberdade daquele escravo". (H359)

A intervenção mais importante de Vicente na história ocorre no auge da crise entre Helena e a família do conselheiro. Desconfiando que a senhora padecia, o pajem interpela o padre Melchior no sentido de descobrir o que estava ocorrendo. O padre desconversa e manda o moleque sossegar, mas este permanece inquieto e comenta que "há alguma coisa que o escravo não pode saber"; em seguida, e como que reafirmando sua resolução em fazer algo por Helena, Vicente diz ao padre que "também o escravo pode saber alguma coisa que os brancos tenham vontade de ouvir". (H367) O pajem parece estar agindo de "movimento próprio", como dirá depois Melchior, (H369) e uma interpretação verossímil para a

(18) Malheiro, Perdígão, A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis, Vozes/INL, vol. II, pp. 95-96. Comentei esta passagem longamente em Visões da liberdade, p. 212 e seguintes.

sua atitude, além da "adoração visível" pela senhora, seria a de que ele entendia que sua esperança de alforria estava estreitamente ligada ao destino de Helena e à possibilidade de esta manter o exercício da vontade senhorial. Não é este, todavia, o encaminhamento que Machado dá ao problema. Tudo o que temos é a interpretação que Helena oferece para o "movimento próprio" de Vicente e, neste momento, a moça apenas reproduz, aliás com bastante pieguice, a ideologia senhorial; assim, ao saber que Vicente revelara ao padre a versão que ela lhe contara - isto é, a de que Salvador era seu irmão - a pequena faz uma oração a Deus "porque infundiu aí no corpo vil do escravo tão nobre espírito de dedicação. Delatou-me para restituir-me a estima da família". (H369) Se pensarmos na galhofeira deliciosa de outras partes do romance, torna-se patente que Helena agora descarrilhou, conseguindo ser tão chata e bitolada quanto Estácio. O fato, no entanto, é que o descarrilhamento de Helena é, à sua maneira, um testemunho histórico: sendo a senhora de Vicente, a moça repete em relação a este, pelo menos num momento de crise, uma determinada lógica de dominação, e então interpreta o movimento do escravo como mera subordinação à vontade senhorial.

Em suma, se há em Helena elementos suficientes para colocar em cheque a definição convencional de paternalismo adotada por Schwarz, também é verdade que há neste romance indícios suficientes para implodir com a separação tão marcada entre paternalismo e escravidão, pressuposto muito caro a Schwarz e essencial para que se possa acreditar em "idéias fora do lugar" no Brasil do século XIX. Neste momento, e pedindo licença a Schwarz por um instante, imagino que a página diante de mim é um espelho, e nele vejo refletido o sorriso sarcástico de um leitor crítico (Simão? Jacó?) (19). Ora, blasfêmias, murmura ele de boca torta,

(19) Simão (Bacamarte) é o alter ego de Jacob (Gorender); ver Chalhoub, Sidney, "Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores", em Folha de São Paulo, 24 de novembro de 1990.

e logo dispara uma algaravia dos diabos sobre os tais reabilitadores (sic) da escravidão. Mas, como já notara Brás Cubas (cap. CXXXVIII), a um crítico "é preciso explicar tudo", e então a página volta à sua opacidade natural para que possa acolher pacientemente novas explicações.

É hora de voltar à preciosa observação de Schwarz de que a situação dos "dependentes depende da existência da escravidão, se configura a partir dela, inclusive um dos pavores básicos do dependente era ser tratado como escravo, coisa que ele precisava evitar a todo custo"⁽²⁰⁾. A observação é correta, corretíssima, e talvez seja preciso tomá-la não apenas como retórica. Em primeiro lugar, há algo que venho repetindo neste texto à exaustão: do ponto de vista de Estácio e criaturas semelhantes, os pressupostos da inviolabilidade da vontade senhorial e da produção de dependentes estavam presentes nas políticas de domínio tanto de escravos quanto de agregados e dependentes em geral e, como a escravidão era a situação de máxima dependência, é isto que esclarece o sentido da afirmação de que a situação dos dependentes se configura a partir da condição dos escravos. Em segundo lugar, e isto se segue da observação anterior, o pavor do dependente em ser tratado como escravo era bastante concreto, e quiçá frequentemente informado pela ameaça real de escravização. Sabemos ao menos que havia setores da população dita "livre" que viviam sob a pressão constante de uma possível escravização ou reescravização. No caso dos negros que já haviam recebido a carta de alforria, a situação era variada. Havia aqueles que tinham de cumprir uma cláusula de prestação de serviços, o que os colocava por algum tempo, às vezes por vários anos, numa posição ambígua, entre a liberdade e o cativo; até 1871, existia ainda a possibilidade de o senhor revogar a alforria por motivo de ingratitude, o que realça a subordinação e a incerteza contidas nesta "liberdade" conferida aos libertos. Em resumo, pesqui-

(20) Ver acima, nota 14

sas históricas recentes vêm conseguindo recuperar a existência de condições intermediárias entre a escravidão e a liberdade que, ao mesmo tempo que matizam a visão tradicional de uma sociedade rigidamente dividida em senhores e escravos, sugerem o tanto de precariedade que havia na condição dos dependentes. E faltam ainda pesquisas sistemáticas sobre a ameaça e a ocorrência concreta da escravização ilegal. Sem sequer mencionar a tranquilidade escandalosa com que milhares de africanos introduzidos no país após a lei anti-tráfico de 1831 permaneciam ilegalmente escravizados, talvez seja necessário começar a observar com mais desconfiança a prática comum, pelo menos pela polícia da Corte, de deter para averiguações indivíduos "suspeitos de serem escravos". Numa sociedade em que havia a escravidão, e logo a vigência de uma lógica de dominação assentada na pessoalização ou na privatização do controle social, é lógico que um dependente - especialmente se pobre e de cor - devia se arriscar bastante ao se afastar das vizinhanças nas quais ele podia ser imediatamente referido a um determinado universo de relações pessoais. A rede que perseguia e capturava escravos fugidos tinha um entrelaçamento preciso e regular, ou lançava a ameaça e a suspeição sobre amplos setores da população "livre" de cor?

Enfim, e antes de voltarmos de vez a Machado, resta ainda este pouquinho do tudo que precisa ser explicado ao crítico (Simão? Jacó?): apesar do tanto que há em comum na política de domínio vigente para escravos e dependentes, é claro que a condição de escravo era radicalmente diferente da condição de livre dependente. E sabemos isso não porque um teórico iluminado nos revelou a verdadeira dialética presente na história real da escravidão etc, etc, mas porque as pesquisas históricas demonstram (pasmem, outra blasfêmia!) que os escravos lutavam intensamente pela liberdade, e que freqüentemente organizavam suas vidas em função da expectativa de alcançar este objetivo - e esta é uma observação que pode ser questionada em relação a outros períodos e lugares, mas que é irrefutável no que diz respeito à cidade do Rio no tempo de Machado de Assis. As características mais essenciais do tipo de

dependência ao qual estavam sujeitos os escravos eram o castigo físico e a condição de propriedade - o que os deixava sempre sob a ameaça das transações de compra e venda e, por conseguinte, diante da possível ruptura de seus laços de família e comunidade. Mas já contei essa história anteriormente, e antes de mim outros autores, vários e melhores.

O que fica de toda essa discussão é que ao centrar a história de Helena nos antagonismos entre senhor e dependente Machado focaliza, na verdade, a lógica de dominação que era hegemônica e organizava as relações sociais no Antigo Regime, incluída aí a questão do controle dos trabalhadores escravos - a "relação produtiva de base". Ao fazer isto, o romance machadiano traz ainda outro registro realista extremamente sutil e eficaz: como a ambiência de Helena, assim como de outros romances, é basicamente o interior de uma propriedade senhorial da Corte, não seria verossímil centrar o enredo na escravidão. O guapo donzel do Andaraí e seus semelhantes viviam num mundo em que a visibilidade da escravidão era obviamente inevitável, mas a ostentação de tal visibilidade seria uma gafe, ou um pecado, ou quem sabe principalmente um perigo. Em suma, ao escolher a ambiência senhorial urbana, Machado também adota a aparência que suas personagens procuravam aparentar; no entanto, qualquer leitor do século XIX saberia observar esta aparência a contrapelo, e o bruxo do Cosme Velho certamente contava com este olhar.

